

Em discurso irônico, Campos critica o Governo

BRASÍLIA — "Conta uma estória judia que Moisés, ao descer do Sinai, sobracaçando as Tábuas da Lei, disse ao povo eleito: Tenho para vós uma boa notícia e uma má notícia. A boa notícia é que consegui reduzir os mandamentos a dez. A má notícia é que não consegui excluir o adultério". Assim o Senador Roberto Campos (PDS-MT) iniciou longo discurso, ontem, sobre o Programa de Mudanças do Governo, para afirmar que o Ministro da Fazenda, Dilson Funaro, não trouxe as Tábuas da Lei, mas um "pacote", e que deu uma boa notícia — a de que a economia está crescendo a sete por cento ao ano — e uma má — a de que a maior inflação da História foi a de novembro — 15 por cento.

Num discurso cheio de ironia, Campos considerou que seria uma irresponsabilidade do Congresso votar um documento "cujo excelente marketing não esconde um mediocre raciocínio econômico". Condenou o pequeno prazo para a apreciação, afirmando que votar o "pacote" em cinco dias "é esperar do Congresso convivência e não inteligência, submissão e não participação".

Campos julgou que a proposta do Governo "não é séria", alinhando os motivos para tal entendimento: o esforço do Governo limita-se ao corte de 1,2 por cento do dispêndio global



O Senador Roberto Campos (PDS-MT) discursa criticando o Programa de Mudanças

do Orçamento. — Em matéria de corte de déficit — observou — a turma da Nova República não é do ramo. O ônus do ajustamento é transferido ao setor privado, e por cada cruzeiro de corte de gastos do Governo haveria 21 cruzeiros extraídos da sociedade por vários condutos.

Acrescentou que o Governo deseja impor à sociedade, em 86, uma car-

ga tributária adicional equivalente aproximadamente ao Orçamento do Estado de São Paulo. Segundo Campos, "um item bizarro, de comovente fragilidade, do plano de cobertura do déficit, é a economia de Cr\$ 35 trilhões a ser obtida com a queda dos juros da dívida pública, pois ninguém assegura que os juros cairão em tal proporção".

O Senador elogiou a permissão de

aplicação do PIS-PASEP nos fundos de previdência privada, e o programa de privatização de estatais, mas observou que parece que o Governo, "infelizmente", já começa a recuar, intimado "com o grito das esquerdas da Câmara dos Deputados, que confundem a privatização das subsidiárias da Petrobrás com a privatização da Petrobrás — coisa também desejável, porém impossível, enquanto a sociedade não se convencer de que o petróleo é um hidrocarbone-to, e não uma emulsão ideológica".

Em nova investida contra "as esquerdas brasileiras", Campos afirmou que só elas, "com seu ideologismo desatualizado, continuam vendendo perigos no escuro".

— Talvez, como os morcegos — prosseguiu — enxerguem melhor do que nós no escuro. Só que seu horizonte é apenas a dimensão da caverna.

Para a privatização, Campos sugeriu que se abra aos contribuintes que sofram aumento real de impostos em 86, sobre 85, uma opção fiscal de quitar a carga tributária extra mediante comprovante de compras de ações de empresas estatais. O Senador disse em seu discurso que a Nova República não parece dar prioridade ao combate à inflação, e que, pelo "pacote", o Fundo de Contingência do Orçamento Fiscal, de Cr\$

27 trilhões, "virou fundo de indigência".

— Foi contingenciado antes que as contingências ocorressem, pois previdentemente alocado. Nada restará para complementar o reajuste do funcionalismo, custear os avais do Tesouro a dívidas externas do setor público e atender às calamidades que o bom Deus nos enviará — ironizou.

Pela liderança do PMDB, o Senador Hélio Gueiros (PA) disse que o discurso de Campos estava cheio de expressões maliciosas e irônicas, e que parecia que o Senador do PDS era muito mais "especialista na jogada de ironias" do que na discussão das questões.

Gueiros defendeu a intervenção do Estado na economia, e a cobrança de mais impostos às grandes empresas e aos grandes assalariados, observando que durante 20 anos "só se pensou em punir os de mais baixa renda."

O senador peemedebista ressaltou o crescimento da economia, a criação de mais de 1,5 milhão de empregos na Nova República, e ouviu de Campos que o Governo é quem cria o clima para a especulação financeira, e que ele, Campos, teria o maior prazer de enfrentar qualquer imposto se o Governo dissesse: "Por cada cruzeiro de imposto, corte um cruzeiro nos gastos."